A EDUCAÇÃO ESPECIAL

VALDIRENE PEREIRA DA SILVEIRA SANTOS

RESUMO
Este estudo se propõe a explorar reflexões acerca da instrução especial, da integração educativa e das distintas limitações. A escola unificadora emerge como uma solução inovadora em contraposição ao típico modelo puramente escolar, caracterizando-se por sua abertura e aceitação sem distinção de sexo, idade, origem financeira, situação econômica, grupo étnico ou social, incorporando os estudantes com exigências especiais de aprendizado às turmas regulares, os quais anteriormente eram excluídos ou expulsos das instituições educacionais convencionais. O propósito deste documento é analisar, em primeiro lugar, as diretrizes educacionais das gestões anteriores em relação à educação especial e sua transição gradativa em direção à escola inclusiva, além de investigar como a educação unificadora e a escola inclusiva têm sido concebidas em nossa nação. Num segundo momento, busca-se ilustrar a mudança de foco da política educativa em direção à visão pregressa da educação especial em detrimento dos grupos marginalizados e da parcela mais vulnerável socialmente, apesar das afirmações governamentais em favor da igualdade, equidade e inclusão nas esferas econômica, política, social, cultural e educacional.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão Escolar, Fusão, Diretriz Educacional.

INTRODUÇÃO

A inclusão representa um desafio no ensino primário, orientando as práticas educacionais voltadas para a integração de crianças e jovens no sistema educacional nacional que, devido a disparidades sociais, culturais, de gênero e/ou econômicas, enfrentam obstáculos de acesso à educação ou correm o risco de serem excluídos dos serviços educacionais.

A visão de uma sociedade igualitária, na qual os indivíduos desfrutam da liberdade de expressão e crença, vivendo sem medo e privação, tem como base o reconhecimento da dignidade inata de todos os seres humanos e da igualdade de seus direitos fundamentais, valores presentes na Declaração Universal dos Direitos Humanos, um movimento global ao qual o Brasil se vinculou.

Discutir a educação inclusiva implica uma transformação da sociedade excludente, visando à inclusão de todos os estratos sociais, sem discriminação econômica, sociocultural, étnica, de gênero ou política, visando construir uma democracia participativa.

Essa mudança requer a participação de cidadãos, autoridades governamentais e instituições sociais, incluindo a educação, que pode fomentar equidade e justiça social para os excluídos não somente do sistema educacional, mas também da comunidade em si.

No entanto, a educação tem sido afetada pelas flutuações da política econômica, com reduções no orçamento e a busca por "equidade" ao oferecer bolsas de estudo para estudantes "talentosos" de baixa renda, independentemente do nível de ensino.

Concomitantemente, os cortes nos orçamentos do Ministério da Educação Pública e das universidades públicas favorecem o crescimento do setor privado, restringindo o acesso dos jovens ao ensino superior por meio de exames de admissão, um processo que seleciona e exclui os menos favorecidos da escola pública, ignorando aqueles sem "capacidade intelectual". Desse modo, sob a política de bolsas, ocorre discriminação social e exclusão dos marginalizados em várias esferas. Essa situação se reflete nas políticas educacionais para crianças com necessidades especiais, que evoluem de um modelo de escola integrada para um conceito inicial de escola inclusiva, ao mesmo tempo em que ressurgem categorizações restritivas impostas pela Subsecretaria de Educação Básica, identificando as diferentes deficiências.

No entanto, qualquer tipo de estigma resulta em segregação e mina a dignidade das pessoas. Dessa forma, a escola inclusiva representa uma inovação e um progresso democrático ao acolher membros de todas as camadas sociais.

GRUPOS VULNERÁVEIS, A EXCLUSÃO E A IN-

CLUSÃO

A exclusão educacional e a marginalização de grupos vulneráveis são desafios substanciais para a criação de uma sociedade inclusiva, na qual as instituições de ensino são acessíveis a todos, proporcionando educação de qualidade e integrando os alunos em todas as atividades educacionais e sociais, como parte integral da comunidade escolar e da sociedade em geral.

Alcançar a igualdade de oportunidades, derrubar as barreiras à aprendizagem, lidar com a diversidade e atender às necessidades de todos os alunos é uma tarefa complexa, especialmente quando persistimos em rotular, separar, distinguir ou discriminar. O conceito de escola inclusiva não surge instantaneamente, mas é resultado de um longo percurso, desde a concepção inicial de educação especial até a visão contemporânea de uma escola inclusiva, passando por fases como escolas especializadas, escolas integradoras e atendimento às necessidades especiais de aprendizagem.

Entretanto, para efetivar uma escola inclusiva, é fundamental construir uma sociedade inclusiva na qual todos tenham espaço, com suas diferenças, competências, saberes e lacunas.

Uma sociedade genuinamente democrática não só de nome, mas na prática, na qual todos os cidadãos se sintam igualmente capacitados a participar ativamente da vida política, econômica, social e cultural, com acesso a serviços essenciais como saúde, educação e moradia.

Nesse contexto, todos são acolhidos, independentemente de seu status social, gênero, idade, crenças ou origem étnica, com direitos e deveres equiparados perante a lei, sem privilégios de qualquer natureza - esse é o cerne de uma sociedade inclusiva, que proporciona oportunidades para todos.

Conforme Rosseto (2005, p. 42) destaca:

A inclusão não se resume a transferir alunos de escolas especiais para escolas regulares, mas é um projeto de longo prazo que demanda uma reestruturação profunda das escolas para otimizar as oportunidades de aprendizagem de todos os alunos, incluindo aqueles com necessidades educacionais especiais.

Uma sociedade inclusiva acolhe seus membros de todas as camadas sociais, sem discriminação, exclusão ou restrições ao desenvolvimento individual e coletivo. É essencial que todos os cidadãos encontrem seu lugar nessa sociedade, sem serem excluídos dos contextos nos quais a vida comunitária se desenrola.

A escola desempenha um papel central na transformação da sociedade, direcionando a transição de uma sociedade que reproduz desigualdades para uma sociedade produtiva baseada em equidade e justiça, sendo, assim, o epicentro da política de inclusão social.

A formação cidadã desempenha um papel essencial na educação escolar, pois envolve as pessoas em questões que afetam suas comunidades, sejam elas familiares, profissionais, sociais ou de governança. Esse envolvimento requer solidariedade entre os membros da comunidade escolar, compartilhando a responsabilidade pela educação não apenas com os professores, mas também com os alunos, autoridades, pais e organizações civis.

Na perspectiva da educação inclusiva, todos os envolvidos no processo de ensino-aprendizagem têm a responsabilidade de apoiar as crianças com necessidades educacionais específicas, sem categorizá-las por deficiências motoras, visuais, auditivas etc., mas sim como indivíduos com necessidades educacionais distintas.

O propósito da educação deve ser o de abrir mentes para acolher colegas com diversas características, integrando não apenas aqueles com Necessidades Educacionais Especiais (NEE), mas também aqueles que enfrentam dificuldades para ingressar e permanecer na escola. Isso requer uma mudança da mentalidade de tolerância para uma postura ativa de aceitação e inclusão em todas as atividades educacionais e extracurriculares, tanto por parte dos educadores quanto dos colegas. O enfoque deve ser na formação para a convivência e apoio mútuo, em vez da competição exacerbada.

Em uma sociedade capitalista, sob uma política neoliberal que valoriza a competitividade como princípio de êxito e conforto, torna-se desafiador alcançar a utopia de uma

escola equitativa e igualitária. Entretanto, foram as utopias que catalisaram transformações em sociedades ao longo da história. Acredita-se que a educação pode fortalecer a coesão social ao preparar indivíduos para conviver harmoniosamente e ao oferecer melhores oportunidades de inserção na vida produtiva, no desenvolvimento cultural e na participação nas instituições sociais. Construir uma utopia que promova uma mudança radical na sociedade em relação aos seus valores e atitudes em relação às pessoas com necessidades educacionais específicas é uma meta que pode resultar em mudanças significativas.

A educação inclusiva está intrinsicamente relacionada a uma sociedade democrática, igualitária e inclusiva. A reforma política em direção a uma democracia global deve passar pela escola, influenciando tanto a esfera social coletiva quanto a individual, com o intuito de alcançar uma sociedade mais solidária e cooperativa. No entanto, essa abordagem educacional não recebeu a devida atenção dos especialistas da época, que não consideraram as questões relacionadas à educação especial, à política educacional de integração e muito menos à educação inclusiva.

A inclusão no contexto educacional demanda uma visão não apenas nacional, mas também internacional, como uma diretriz política para os países membros das Nações Unidas. Nesse sentido, é crucial reconhecer a definição da UNESCO (1990) sobre inclusão:

Inclusão é um movimento que visa transformar os sistemas de ensino para responder à diversidade dos alunos. É imprescindível efetivar o direito à educação com igualdade de oportunidades e está relacionada ao acesso, permanência, participação e aproveitamento de todos os alunos, com destaque para aqueles que, por diversos motivos, são excluídos ou estão em risco de marginalização.

A política educacional para crianças com necessidades educacionais especiais em todos os países tem variado ao longo da história, indo de uma abordagem separatista e segregacionista que criava ambientes específicos para crianças com deficiências até a escola integrada.

Houve muitas ocasiões em que a verdadeira essência da integração escolar não foi plenamente considerada - o que ela realmente significa, como pode ser implementada e que modificações curriculares seriam necessárias para alcançá-la. Além disso, a formação de professores, tanto no início de suas carreiras quanto em cursos de atualização, e a disponibilidade de assistentes para apoiar o trabalho em sala de aula com alunos nessas condições não receberam a atenção devida.

A presença da democracia na esfera educativa é vital para moldar os futuros cidadãos sob uma nova concepção de sociedade. A democracia educacional começa com o acesso à escola, assegurando que nenhum cidadão seja privado desse direito, e garantindo que todas as pessoas - sejam crianças, jovens, adultos, homens ou mulheres, com ou sem deficiências - tenham suas necessidades básicas de aprendizado atendidas.

Essa abordagem vai além da simples expansão dos serviços educacionais. Ela leva em consideração os contextos socioeconômicos, políticos e culturais dos alunos, buscando fomentar a aquisição de habilidades que permitam uma aprendizagem mais eficaz, a melhoria da qualidade de vida e o alcance de um desenvolvimento econômico, social e cultural que resulte em um desempenho profissional aprimorado e em uma melhor qualidade de vida.

A educação não deve se restringir apenas aos fundamentos de leitura, escrita, matemática e resolução de problemas. Ela deve ser encarada como a base para alcançar um desenvolvimento humano mais amplo, englobando conhecimentos teóricos, valores práticos e atitudes necessárias para que os indivíduos possam sobreviver, desenvolver plenamente suas capacidades, viver com dignidade, participar ativamente do desenvolvimento da sociedade, melhorar a qualidade de vida, tomar decisões informadas e continuar aprendendo ao longo da vida.

No entanto, uma democracia educacional que não leve em conta as necessidades dos cidadãos frequentemente excluídos do sistema educacional, especialmente aqueles com deficiências que são segregados ou discriminados, é insuficiente. Para alcançar

uma verdadeira democracia na esfera educacional, é vital implementar uma abrangente reforma escolar que combata a exclusão e a discriminação, garantindo a inclusão de todos os indivíduos.
No contexto brasileiro, a política educacional tem oscilado entre o abandono da educação especial, a escola integrada e uma abordagem tímida em direção a uma escola inclusiva. Para que a democracia na educação seja eficaz, é essencial uma mudança substancial nesse panorama, com políticas consistentes e inclusivas que garantam a todos os cidadãos o acesso a uma educação de qualidade, respeitando a diversidade e promovendo a igualdade de oportunidades para todos.

A EVOLUÇÃO ESCOLAR
A progressão da instituição escolar ao longo da história reflete uma variedade de propósitos e funções, desde uma escola elitista que instruía os filhos das classes privilegiadas até uma escola destinada a formar trabalhadores e evitar a ociosidade e a delinquência juvenil, além de preparar futuras gerações de profissionais.
Essa transformação é o alicerce da escola pública. Por outro lado, ao longo dos tempos, a Igreja Católica teve um papel significativo na educação, educando seus seguidores interessados em resgatar crianças necessitadas por meio da educação para torná-las bons cristãos e, consequentemente, cidadãos exemplares.

No Brasil, o governo levou quase três séculos para iniciar ações efetivas em prol da educação da população, com esforços mais tangíveis surgindo apenas na terceira década do século XIX. Entre 1834 e 1934, ocorreu um processo gradual, porém contínuo, de democratização do acesso à educação básica pública nas redes estaduais e municipais. (LEÃO, 2005, p.2).

Atualmente, nem todas as instituições educacionais acolhem crianças necessitadas em suas salas de aula, e muitas delas são vistas como elitistas devido às elevadas mensalidades cobradas. Isso torna a escola privada tradicional uma instituição não inclusiva.
A escola pública ao longo da história era considerada tradicional não apenas pelos métodos de ensino utilizados, mas também pelos objetivos de formar cidadãos exemplares. No entanto, é crucial reconhecer que todo indivíduo, independentemente de gênero, tem direito a uma educação de qualidade, sem discriminação de classe social, religião, etnia ou condição física.
Historicamente, ocorreu uma separação do "diferente" e do "anormal", sem considerar a inclusão de meninas e meninos com deficiência nos grupos considerados "normais". Essa mentalidade refletia intolerância e rejeição à diversidade, sendo considerada como algo "natural" com a ideia de que a escola deveria formar indivíduos íntegros, saudáveis e produtivos. Esta reflexão histórica destaca a importância de promover a inclusão e a diversidade nas instituições educacionais, assegurando que todos tenham acesso a uma educação de qualidade, independentemente de suas diferenças ou condições.

A transição da escola tradicional para a escola inclusiva está intimamente relacionada à evolução das percepções sobre deficiência e diversidade. Na visão tradicional, as variações na constituição biológica das pessoas frequentemente eram vistas como obstáculos intransponíveis, justificando a exclusão daqueles que enfrentavam desafios biológicos das atividades consideradas "normais" (TUNES. 2003, p. 9).

Esta exclusão, por sua vez, ampliava as barreiras ao desenvolvimento intelectual, criando um ciclo que levava à formação de deficiências, não apenas físicas, mas também sociais e educacionais.
A definição de deficiência pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como uma perda ou anormalidade de uma estrutura ou função, temporária ou permanente, ampliou a compreensão sobre as limitações que as pessoas podem enfrentar em termos psicológicos, fisiológicos ou anatômicos.
Na pedagogia contemporânea, o termo "diferença" substituiu o termo "deficiência", sendo entendido como uma restrição ou impedimento à capacidade de realizar uma atividade de forma considerada normal para o ser humano. Essa mudança vocabular reflete uma abordagem mais inclusiva e centrada

na pessoa, considerando as limitações como parte da riqueza da diversidade humana e não como uma condição que justifique a exclusão.

As mudanças nas perspectivas resultaram em classificações mais detalhadas e abrangentes das várias formas de limitações, visando reconhecer a diversidade de vivências e necessidades dos indivíduos com limitações. Essa evolução conceitual é crucial para fomentar a inclusão e assegurar que todos tenham acesso a um ensino de qualidade, independentemente de suas particularidades ou condições.

A categorização das limitações em segmentos como físicas, sensoriais, intelectuais e mentais é essencial para entender as distintas necessidades educacionais e requisitos de apoio desses grupos. A Educação Especial emergiu como uma forma de atender às demandas específicas de crianças e adultos inseridos nessas categorias.

No âmbito da Educação Especial, as definições das necessidades educacionais especiais englobam a identificação de talentos extraordinários em áreas como científica-tecnológica, humanista-social, artística e motora, que demandam um ambiente propício ao desenvolvimento dessas aptidões. Contudo, no Brasil, há falta de estabelecimentos e escolas que atendam devidamente a essas necessidades específicas, somado à escassez de capacitação dos professores para reconhecer e apoiar esses alunos.

O Autismo, caracterizado como um transtorno generalizado do desenvolvimento, impacta as relações sociais, a comunicação e os padrões comportamentais. Os sinais do autismo podem abranger desafios nas interações sociais, atrasos na linguagem verbal e comportamentos repetitivos ou restritivos. Para garantir a inclusão e a educação adequada de indivíduos com autismo e outras exigências especiais, é crucial oferecer um suporte educacional personalizado, currículos flexíveis e abordagens de ensino adaptadas às suas necessidades e preferências individuais. A detecção precoce, o acompanhamento especializado e a formação contínua dos professores são elementos vitais para assegurar que esses alunos recebam a educação e o suporte necessários para desenvolver seu potencial e participar plenamente na sociedade.

A identificação precoce de diferentes formas de necessidades especiais, como autismo, surdez, perda auditiva e deficiência intelectual, é essencial para garantir o desenvolvimento e o progresso adequados das crianças. Muitas vezes, essas condições não são prontamente identificadas pelos pais e educadores, o que pode resultar em atrasos na referência para atendimento especializado.

No caso da surdez e da perda auditiva, é fundamental detectar essas condições o quanto antes, pois a audição desempenha um papel crucial no desenvolvimento da linguagem e da aprendizagem. Crianças com limitações auditivas se beneficiam de intervenções precoces e do uso de tecnologias assistivas, como aparelhos auditivos e sistemas de comunicação visual, como a língua de sinais.

A deficiência intelectual, caracterizada por limitações substanciais no funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo, abarca uma diversidade de habilidades adaptativas conceituais, sociais e práticas. Identificar e apoiar crianças com deficiência intelectual requer uma abordagem individualizada, que leve em consideração suas necessidades específicas e proporcione o suporte adequado para o desenvolvimento de suas competências.

É essencial que pais e educadores estejam atentos a possíveis indícios de dificuldades de aprendizagem, comportamentais ou de desenvolvimento e busquem orientação de profissionais especializados para avaliação e intervenção precoce. A detecção precoce e o suporte apropriado são fundamentais para garantir que todas as crianças tenham a oportunidade de alcançar seu pleno potencial e se desenvolver de forma saudável e inclusiva.

As limitações motoras, múltiplas limitações e baixa visão são condições que requerem cuidados especiais no âmbito da Educação Especial. A limitação motora, que envolve dificuldades no controle do movimento e da postura, pode variar em termos de intensidade e necessidades de apoio, sendo crucial oferecer adaptações físicas e auxílios pessoais para promover a autonomia e interação dos estudantes com o ambiente.

Para os indivíduos com múltiplas limitações, que apresentam combinações de limita-

ções físicas, sensoriais e/ou intelectuais, as demandas de suporte abrangem diversas áreas de habilidades adaptativas e desenvolvimento. Casos complexos como esses requerem instituições especializadas e políticas educacionais específicas para garantir uma assistência adequada e a inclusão.

A visão reduzida, caracterizada por limitações visuais que dificultam a execução de tarefas visuais mesmo com correções convencionais, pode ser melhorada através do uso de dispositivos ópticos e não ópticos, bem como adaptações técnicas e ambientais. Recursos visuais como lupas, contrastes de cores e ampliadores de tela podem ser vitais para facilitar a funcionalidade das pessoas com visão reduzida.

É crucial ter em mente que essas condições não afetam a capacidade intelectual das pessoas, mas podem impactar significativamente suas interações com o ambiente e seu acesso à educação. O apoio moral, físico e emocional dos pais, professores e colegas desempenha um papel essencial no desenvolvimento e aprendizado das pessoas com deficiências visuais, múltiplas limitações e visão reduzida. A implementação de políticas educacionais inclusivas e a presença de recursos especializados são fundamentais para garantir que esses indivíduos recebam o suporte necessário para alcançar seu potencial e se integrar plenamente na sociedade.

A cegueira é a ausência ou perda completa da visão, geralmente permanente, que não afeta a capacidade intelectual da pessoa. Em situações de cegueira, as dificuldades de aprendizagem frequentemente estão mais relacionadas a questões psicológicas e emocionais do que à habilidade intelectual da pessoa. É essencial criar um ambiente de respeito, confiança e aceitação para essas crianças, tanto por parte dos colegas quanto dos professores, promovendo a inclusão e a aprendizagem colaborativa.

É crucial oferecer apoio emocional e afetivo tanto em casa quanto na escola para crianças cegas, pois isso desempenha um papel significativo em seu desenvolvimento e aprendizado. Além disso, o avanço da tecnologia moderna tem proporcionado recursos valiosos, como livros em braille, computadores especiais, telefones adaptados e gravadores, que facilitam a comunicação e o acesso à informação para pessoas cegas.

Para garantir a inclusão adequada de crianças cegas nas instituições de ensino, é importante equilibrar o número de alunos com necessidades especiais e aqueles considerados "normais", a fim de evitar sobrecarregar os professores e garantir atenção individualizada e um currículo adaptado. Em alguns países, como a França, são disponibilizadas escolas auxiliares para apoiar os professores no atendimento de alunos com necessidades especiais, garantindo um ambiente educacional mais inclusivo e acessível para todos.

A colaboração entre famílias, escolas, profissionais de saúde e a comunidade em geral é essencial para garantir que crianças cegas recebam o apoio necessário para alcançar seu potencial máximo e se desenvolver plenamente, contribuindo para uma sociedade mais inclusiva e acolhedora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A busca pela excelência educacional em todos os níveis do sistema de ensino brasileiro é um objetivo fundamental da política educacional governamental e de cada instituição que almeja ser reconhecida como uma referência em qualidade. No entanto, são poucos - se é que existem - os que se dedicam a ser reconhecidos como escolas que priorizam a inclusão.

Frequentemente, confundimos a disponibilidade ou a capacidade de ingresso, por serem de baixo custo ou quase gratuitas, acessíveis a todos que desejam e que atendem aos requisitos administrativos para ingressar ou ter sucesso em avaliações de admissão, onde a habilidade intelectual é testada juntamente com a capacidade de interação, participação em atividades educacionais coletivas e relacionamento com todos os membros da comunidade educacional.

Uma escola inclusiva dispensa a necessidade de avaliações de admissão, não faz distinção com base em aspectos financeiros, de origem ou social, não classifica os alunos com base em habilidades intelectuais que incentivem a competição e o individualismo através de prêmios, sob a justificativa de superação pessoal e participação obrigatória, ou seleciona alunos para liderar em eventos

dedicados a homenagens nacionais. Pelo contrário, ela promove a cooperação, a aceitação e a assistência mútua, o diálogo sem hierarquias e a igualdade no tratamento de todos os estudantes, independentemente de gênero, idade ou posição social, religiosa, política ou étnica.

Conclui-se que a promoção de uma escola inclusiva é uma política essencial para atender às demandas educacionais de crianças, jovens e adultos de ambos os sexos. Em todo caso, seria uma empreitada enriquecedora, cujos resultados certamente seriam inspiradores para as comunidades beneficiadas. Não basta ter um ensino intercultural bilingue, mas sim um ensino que atenda às necessidades da população de acordo com as características geográficas da região em que se encontra, sua estrutura social e suas potencialidades produtivas. É evidente que o respeito pela cultura, língua e peculiaridades das pessoas é o melhor estímulo para a construção de uma escola inclusiva.

REFERÊNCIAS

FACION, J. R. Inclusão escolar e suas implicações. 2. ed. Curitiba: IBPEX, 2008.

LEÃO, S. T. F. L. Breve análise sócio-histórica da política educacional brasileira: ensino fundamental. São Luís – MA, 23 a 26 de agosto 2005. Disponível:http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppII/pagina_PGPP/Trabalhos2/Silse_Teixeira _Freitas_Lemos_Le%C3%A3o175.pdf. Acesso em 04 jan.2025.

ONU, "Normas uniformes sobre oportunidades iguais para pessoas com deficiência", resolução 48/96, de 20 de dezembro de 1993.

ROSSETO, M. C. Falar de inclusão... falar de que sujeitos? In: Lebedeff, T. B. Pereira. Educação especial – olhares interdisciplinares. Passo Fundo: UPF Editora, 2005. P. 41-55.

TUNES, E. Por que falamos de inclusão? Linha Critica Revista Semestral da Faculdade de Educação, n. 16, Brasília: UnB, 2003. pp. 5-12.

UNESCO. Declaração Mundial sobre Educação para Todos. Satisfaction of Basic Learning Needs, Jomtien, Thailand, 5 a 9 de março de 1990.

_____. Declaração de Salamanca e Marco de Ação para Necessidades Educacionais Especiais. Salamanca, 1994.